Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Avenida Rio Branco, 847, Salas 401, 402, 403 e 409, Florianópolis, SC, Brasil 88015-205
T: (48) 3212-0200, F: (48) 3212-0210, www.pwc.com/br

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldo de contas a receber com acionistas no montante de R$ 165.139 mil em 31 de dezembro de 2015 (R$ 76.929 mil em 2014), bem como prestou avais a estes mesmos acionistas no montante de R$ 39.708 mil. Estes montantes são significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. A realização desses créditos está condicionada à geração de lucros futuros e sua consequente distribuição aos acionistas na forma de dividendos para abatimento aos saldos em aberto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Florianópolis, 30 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0 "S" SC

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	89.967	83.830	109.335	108.106
Contas a receber de clientes (Nota 8)	82.418	103.447	92.895	126.336
Estoques (Nota 9)	45.720	47.000	53.144	62.401
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)	14.312	14.157	16.215	16.729
Outras contas a receber (Nota 12)	25.524	28.161	25.691	28.670
	257.941	276.595	297.280	342.242
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.213	1.263	1.213	1.263
	259.154	277.858	298.493	343.505
Não circulante				
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)	1.795	2.600	2.145	3.066
Partes relacionadas (Nota 13)	165.139	76.929	165.139	76.929
Outras contas a receber (Nota 12)	2.906	16.768	2.906	16.768
	169.840	96.297	170.190	96.763
Investimentos				
Em controlada (Nota 14)	58.855	77.918	-	
Outros investimentos	448	446	448	446
Intangível (Nota 15)	29.338	262	29.338	28.545
Imobilizado (Nota 16)	253.137	252.970	282.477	293.873
	511.618	427.893	482.453	419.627
Total do ativo	770.772	705.751	780.946	763.132

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante				
Fornecedores (Nota 17)	182.975	187.642	214.082	223.494
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	68.503	82.448	68.594	84.090
Salários, encargos e contribuições sociais	10.457	12.264	12.592	14.411
Obrigações fiscais (Nota 19)	16.610	13.698	18.936	17.039
Outras contas a pagar	8.976	4.631	9.845	5.414
	287.521	300.683	324.049	344.448
Não circulante				
Fornecedores (Nota 17)	20.330	19.760	23.628	23.099
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	238.582	187.345	239.559	188.258
Salários, encargos e contribuições sociais	-	81	-	81
Provisões (Nota 20)	7.366	5.752	8.055	6.591
Obrigações fiscais (Nota 19)	31.264	22.476	31.327	34.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	32.968	40.215	30.505	39.641
Partes relacionadas (Nota 13)	36.064	11.807	1.529	1.529
	366.574	287.436	334.603	293.932
Patrimônio líquido (Nota 21)				
Capital social	40.000	15.502	40.000	15.502
Reservas de capital	-	3.107	-	3.107
Ajustes de avaliação patrimonial	68.374	71.843	68.374	71.843
Reservas de lucros	8.303	27.180	8.303	27.180
	116.677	117.632	116.677	117.632
Participação de não controladores			5.617	7.120
Total do patrimônio líquido	116.677	117.632	122.294	124.752
Total do passivo e patrimônio líquido	770.772	705.751	780.946	763.132

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Receita líquida (Nota 22)	631.039	626.387	767.260	754.777
Custos dos produtos vendidos (Nota 23)	(479.837)	(474.940)	(577.223)	(565.880)
Lucro bruto	151.202	151.447	190.037	188.897
Despesas de vendas (Nota 23)	(77.812)	(71.626)	(95.615)	(88.920)
Despesas administrativas (Nota 23)	(25.512)	(22.965)	(32.037)	(29.497)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 23)	9.510	15.487	-	
Outras despesas operacionais líquidas (Nota 23)	(3.996)	(5.211)	(10.935)	(3.504)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	53.392	67.132	51.450	66.976
Receitas financeiras (Nota 24)	78.343	18.241	89.121	19.739
Despesas financeiras (Nota 24)	(118.543)	(69.116)	(124.302)	(71.906)
Variações monetárias e cambiais líquidas (Nota 24)	(16.718)	1.192	(18.159)	842
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(3.526)	17.449	(1.890)	15.651
Imposto de renda e contribuição social (Nota 25)				
Corrente	-	14	(2.181)	(161)
Diferido	7.175	90	9.136	2.461
Lucro líquido do exercício	3.649	17.553	5.065	17.951
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			3.649	17.553
Participação dos acionistas não controladores			1.416	398
			5.065	17.951
Resultado por ação (Nota 26)				
Básico e diluído por ação (em R$ por ação)			0,33	1,13

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados. Portanto, não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora									
				Reserva de Lucros						
	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.502	3.107	75.178	9.108	308	2.686		105.889	1.002	106.891
Participação de não controladores decorrente de aquisição de investimento na Copobras da Amazônia									5.720	5.720
Lucro líquido do exercício							17.553	17.553	398	17.951
Realização do custo atribuído			(4.985)				4.985			
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído			1.650				(1.650)			
Destinações:										
Reserva legal					877		(877)			
Dividendos antecipados							(5.885)	(5.885)		(5.885)
Constituição de reserva de incentivos fiscais				12.749			(12.674)	75		75
Retenção de lucros						1.452	(1.452)			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**15.502**	**3.107**	**71.843**	**21.857**	**1.185**	**4.138**		**117.632**	**7.120**	**124.752**
Aumento de capital	24.498	(3.107)		(20.703)		(688)				
Lucro líquido do exercício							3.649	3.649	1.416	5.065
Realização do custo atribuído			(5.106)				5.106			
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído			1.637				(1.637)			
Destinações:										
Distribuição de dividendos						(1.533)	(3.071)	(4.604)	(2.919)	(7.523)
Ajuste de reserva de incentivos fiscais				(1.155)			1.155			
Reserva legal					182		(182)			
Constituição de reserva de incentivos fiscais				2.815			(2.815)			
Retenção de lucros						2.205	(2.205)			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**40.000**		**68.374**	**2.814**	**1.367**	**4.122**		**116.677**	**5.617**	**122.294**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras S.A.Indústria e Comércio de Embalagens.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.526)	17.449	(1.890)	15.651
Ajustes por:				
Depreciação	20.490	20.085	24.109	24.445
Amortização do intangível	138	6	139	6
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	141	1.388	348	1.306
Juros apropriados e variações monetárias	51.710	47.858	52.034	48.823
Constituição (realização) de provisão para estoques	42	(21)	81	(3)
Constituição e atualização de provisão para contingências	1.273	1.322	1.834	2.415
Resultado na venda de ativo imobilizado	1.314	1.221	1.377	1.383
Perda (ganho) na venda de bens destinados a venda		23		23
Equivalência patrimonial	(9.510)	(15.487)		
Variações em:				
(Aumento) / redução em contas a receber	20.888	(23.908)	33.093	(32.929)
(Aumento) / redução nos estoques	1.238	(5.968)	9.176	(6.945)
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	24.907	4.887	1.435	4.672
(Aumento) / redução em outras contas a receber	16.499	(12.709)	16.841	(12.312)
Variação líquida em partes relacionadas	(88.210)	17.639	(88.210)	16.168
Aumento / (redução) em fornecedores	(4.097)	37.156	(8.883)	44.674
Aumento / (redução) em obrigações fiscais	11.898	(5.877)	(1.554)	14.008
Aumento / (redução) em outras contas a pagar e provisões	4.614	(223)	4.061	(372)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contr. sociais	(1.888)	248	(1.900)	1.047
Caixa proveniente das operações	47.921	85.089	42.091	122.060
Imposto de renda e contribuição social pagos	(198)	(773)	(2.136)	(1.355)
Juros pagos	(48.570)	(44.306)	(50.531)	(47.229)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(847)	40.010	(10.576)	73.406
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada e outros investimentos	(3)	(22.099)	(2)	(425)
Incorporação de controlada	324	-		-
Aquisição de imobilizado/intangível por incorporação de controlada	(10.243)	-		-
Aquisições de ativo imobilizado	(15.051)	(12.304)	(17.452)	(37.278)
Aquisições de ativo intangível	(932)		(932)	(28.282)
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	3.341	4.765	3.412	5.411
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimento	(22.564)	(29.638)	(14.974)	(60.574)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Ajuste da reserva de incentivos fiscais				(76)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(4.604)	(6.780)	(7.523)	(895)
Capitação de empréstimos e financiamentos	168.198	175.811	168.384	183.161
Pagamento de empréstimos (principal)	(134.046)	(254.416)	(134.082)	(257.545)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	29.548	(85.385)	26.779	(75.355)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.137	(75.013)	1.229	(62.523)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	83.830	158.843	108.106	170.629
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	89.967	83.830	109.335	108.106

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, entre outros e recuperação de resíduos sólidos.

Em 2015, diante da retração da economia nacional, a empresa focou a sua gestão administrativa, preponderantemente, na redução de custos. Os investimentos foram reduzidos ao menor nível possível e o plano de crescimento impulsionado por aquisições suspenso, momentaneamente.

O indicador meta, estabelecido pelos Acionistas, passou a ser o GCE (Geração de Caixa Efetiva) o qual consiste no Ebitda, acrescido ou reduzido pela variação dos estoques e da conta de inadimplência e deduzido do CAPEX (informações não auditadas).

A necessidade de capital de giro, componente relevante na composição do indicador meta, continuou a sua redução já obtida no exercício anterior, e finalizou 2015 com um número negativo, passando a representar uma fonte de financiamento para a empresa (informações não auditadas).

Na segunda metade do exercício de 2015 a empresa estruturou um programa de captação através de debêntures não conversíveis no valor de R$ 100 milhões porém optou pela emissão, naquele exercício, de somente R$ 85 milhões.

Mesmo ciente de que a liquidez corrente fecharia o ano de 2015 abaixo de 1 (um) a decisão da Administração foi por não aumentar o caixa disponível através da emissão integral do programa de debênture, evitando com isto o respectivo "spread negativo" (diferença entre custo de captação e retorno nas aplicações financeiras).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 30 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações

de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis e mensuradas ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou

determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.5), "Contas a receber de clientes" (Nota 2.7), “Partes relacionadas” (Nota 13) e "Outras contas a receber".

(b) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não há ativos e passivos financeiros compensados.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*) e ajuste a valor presente.

2.8 Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

2.9 Bens destinados a venda

Ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Espera-se que a venda destes ativos ocorra em um período de até 12 meses a partir da data de encerramento da presente demonstração financeira.

2.10 Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como ativos intangíveis os softwares de uso individualizado, os quais são amortizados a taxa de 20% ao ano.

2.11 Imobilizado

2.11.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro

de outras receitas ou despesas no resultado.

2.11.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.11.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados anualmente para a verificação de *impairment* (perda de valor recuperável) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o

método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.17 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.18 Capital social

O capital social está representado por 15.502.372 ações ordinárias.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita de vendas de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

2.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. As despesas financeiras correspondem, principalmente, a juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e variação cambial.

2.21 Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 19,56% a.a. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores”, “Estoques” e “Custo dos produtos vendidos” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 19,56% a.a. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica “Receita de Vendas” e “Contas a receber de clientes” e sua realização é registrada na rubrica “Receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

2.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferidos, ativos e passivos, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia.

3.1.2 Contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

3.1.3 Vida útil do imobilizado

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente. Na opinião da administração da Companhia, a vida útil do imobilizado está corretamente avaliada e apresentada adequadamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.1.4 Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas e também concedeu avais aos mesmos acionistas nos montantes de R$ 165.139 e R$ 39.708 em 31 de dezembro de 2015, respectivamente. O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrar com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia estão sumarizadas na Nota 13 e indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2023.

4 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015 a exposição cambial estava assim apresentada (consolidada):

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Ativo				
Contas a receber				
Em USDs	3.304	1.892	3.304	2.012
	3.304	1.892	3.304	2.012
Passivo				
Fornecedores				
Em USDs	69.628	59.651	69.628	59.651
Em Euros	26.307	24.344	30.757	28.986
Em CHF	-	-	3	-
Empréstimos				
Em USDs	966	1.313	966	1.931
	96.901	85.308	101.354	90.568
Exposição líquida	(93.597)	(83.416)	(98.050)	(88.556)

A companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") no mercado financeiro.

Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma "Política de Proteção Cambial", que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da companhia decorrentes de:

(i) Compras de insumos para a produção
(ii) Importação de máquinas e equipamentos
(iii) Dívidas em moeda estrangeira
(iv) Vendas a clientes mercado externo

As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda Forward. As perdas ou ganhos ao término do contrato são reconhecidos em ganhos ou perdas no resultado financeiro. A contraparte passiva em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 2.752.

A seguir, estão os valores contratuais destes derivativos:

	Consolidado			
	Valor contratado atualizado		Saldo Ativo/(Passivo)	
Modalidade da Operação	2015	2014	2015	2014
"Forwards" financeiros	238.193	-	(2.752)	-
	238.193	-	(2.752)	-

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

(b) Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2015 em montantes significativos e que estão condicionados ao pagamento de dividendos aos acionistas para que possam ser liquidados. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrar com esses recebíveis em aberto.

Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada.

Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

(i) Controladora

						2015
		Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 a 2024**
Fornecedores	203.305	182.975	20.330			
Partes relacionadas	36.064		36.064			
Empréstimos e financiamentos	307.085	68.503	123.310	85.724	25.876	3.672
	546.454	251.478	179.704	85.724	25.876	3.672

						2014
		Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019 a 2024**
Fornecedores	207.402	187.642	19.760			
Partes Relacionadas	11.807			11.807		
Empréstimos e financiamento	269.793	82.448	97.792	41.045	33.888	14.620
	489.002	270.090	117.552	52.852	33.888	14.620

(ii) Consolidado

						2015
		Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 a 2024**
Fornecedores	237.710	214.082	23.628			
Empréstimos e financiamentos	308.153	68.594	123.447	85.861	26.013	4.238
	545.863	282.676	147.075	85.861	26.013	4.238

						2014
		Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019 a 2024**
Fornecedores	246.593	223.494	23.099			
Empréstimos e financiamentos	272.348	84.090	97.912	41.159	34.002	15.185
	518.941	307.584	121.011	41.159	34.002	15.185

A Companhia em 31 de dezembro de 2015 encontra-se com excesso de passivos sobre os ativos em R$ 28.367 na controladora e R$ 25.556 no consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2015	**2014**
Total dos empréstimos (Nota 17)	308.153	272.348
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(109.335)	(108.106)
Dívida líquida	198.818	164.242
Total do patrimônio líquido	122.294	124.752
Total do capital	321.112	288.994
Índice de alavancagem financeira - %	62	57

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		
	Valor justo por meio de resultado	**Empréstimos e recebíveis**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**
31 de dezembro de 2015			
Caixa e equivalentes de caixa		89.967	
Contas a receber de clientes		82.418	
Outras contas a receber		28.430	
Partes relacionadas		165.139	
Fornecedores			203.305
Empréstimos e financiamentos			307.085
Outras contas a pagar	2.752		6.224
	2.752	365.954	516.614
31 de dezembro de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa		83.830	
Contas a receber de clientes		103.447	
Outras contas a receber		44.929	
Partes relacionadas		76.929	
Fornecedores			207.402
Empréstimos e financiamentos			269.793
Outras contas a pagar			4.631
		309.135	481.826

	Consolidado		
	Valor justo por meio de resultado	**Empréstimos e recebíveis**	**Passivos financeiros ao custo amortizado**
31 de dezembro de 2015			
Caixa e equivalentes de caixa		109.335	
Contas a receber de clientes		92.895	
Outras contas a receber		28.597	
Partes relacionadas		165.139	
Fornecedores			237.710
Empréstimos e financiamentos			308.153
Outras contas a pagar	2.752		7.093
	2.752	395.966	552.956
31 de dezembro de 2014			
Caixa e equivalentes de caixa		108.106	
Contas a receber de clientes		126.336	
Outras contas a receber		45.438	
Partes relacionadas		76.929	
Fornecedores			246.593
Empréstimos e financiamentos			272.348
Outras contas a pagar			5.414
		356.809	524.355

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha.

Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	Consolidado	
	2015	**2014**
Partes relacionadas		
Grupo 1	165.139	76.929
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	84.387	115.274
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	8.508	11.062
Grupo 3 - vencidas acima de 180 dias	6.620	6.220
	264.654	209.485

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no

último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

7 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Caixa	11	25	11	25
Depósitos bancários	6.559	7.051	7.681	9.499
Aplicações de liquidez imediata	83.397	76.754	101.643	98.582
	89.967	83.830	109.335	108.106

As aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de seu valor justo, sendo desta forma consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
No país	87.333	106.395	98.780	130.454
No exterior	3.304	1.892	3.304	2.012
Cheques em cobrança	103	89	104	90
(-) Ajuste a valor presente	(2.324)		(2.673)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.998)	(4.929)	(6.620)	(6.220)
	82.418	103.447	92.895	126.336

O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 45 dias.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Produtos acabados	13.118	16.665	14.878	19.834
Produtos em elaboração	8.649	8.328	9.610	9.984
Matérias-primas	25.156	17.418	30.315	27.198
Material de uso e consumo	2.136	2.456	2.835	3.354
Provisão para estoques obsoletos	(294)	(252)	(486)	(405)
Ajuste a valor presente	(3.574)		(4.536)	
Outros	529	2.385	528	2.436
	45.720	47.000	53.144	62.401

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía estoques dados em garantia.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
ICMS – CIAP	2.539	3.297	2.769	3.613
ICMS a recuperar	849	2.219	849	2.219
IPI	546	729	546	729
PIS e COFINS	7.521	5.729	13.386	7.293
Provisão para perda de crédito de PIS e COFINS			(4.736)	
IRPJ	2.588	3.000	3.135	3.810
CSLL	617	754	715	950
Outros	1.447	1.029	1.696	1.181
Total	16.107	16.757	18.360	19.795
Circulante	14.312	14.157	16.215	16.729
Não circulante	1.795	2.600	2.145	3.066

A controlada Copobras da Amazônia registrou o montante de R$4.736 referente a crédito de PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes das vendas realizadas na Zona Franca de Manaus. O referido crédito é escopo atualmente de uma ação judicial ordinárias ajuizada visando à declaração de inexistência de relação jurídico-tributária, assegurando assim o direito a não submissão à incidência desses tributos sobre as tais receitas. Como o direito a compensação não está efetivamente assegurada pois a ação não transitou em julgado, a Companhia realizou a provisão para perda do referido crédito no mesmo montante.

11 Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
IR e CS diferidos ativos				
Provisões	6077	2.541	9.979	3.580
Prejuízos fiscais	16.933	10.326	20.515	13.283
	23.010	12.867	30.494	16.863
IR e CS diferidos passivos				
Depreciação acelerada incentivada	7.342	6.701	7.342	6.701
Custo atribuído	43.593	43.797	43.968	44.210
Outras receitas temporárias	5.043	2.584	9.689	5.593
	55.978	53.082	60.999	56.504
IR e CS diferidos passivos, líquidos	32.968	40.215	30.505	39.641

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em

estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Ano	Consolidado
2016	178
2017	1.991
2018	3.250
2019	5.070
2020	6.008
2021	4.018
	20.515

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	12.978	17.589	12.978	17.589
Precatórios	4.439	4.374	4.439	4.374
Despesas antecipadas	5.738	3.471	5.738	3.471
Títulos a receber	-	15.000	-	15.000
Outras contas a receber	5.275	4.495	5.442	5.004
	28.430	44.929	28.597	45.438
Circulante	25.524	28.161	25.691	28.670
Não Circulante	2.906	16.768	2.906	16.768

Títulos a receber

Referem-se a valor a receber pela alienação da controlada Jardoran S.A. que ocorreu em 30 de novembro de 2010 pelo montante de R$ 15.000. Sobre esse valor não há incidência de correção e juros, e será recebido em uma única parcela em 15 de setembro de 2015, conforme previsto no respectivo contrato de cessão de ações. Na data da alienação o saldo contábil do investimento era de R$ 21.375

tendo sido auferido um prejuízo de R$ 6.375, o qual foi registrado como outras despesas operacionais no exercício de 2010.

A Companhia formalizou o recebimento em 04 de agosto de 2015, do valor de R$ 15.000, referente a direito a receber pela alienação da controlada Jardoran S.A.

13 Transações com partes relacionadas

(a) Saldos e transações

					2015
	Contas a receber de clientes	Mútuo ativo não circulante	Fornecedor	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas
Acionistas		165.139			
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	897		15.680	34.535	17.095
Copobras da Amazônia Ind. de Embalagens Ltda.	137				1
	1.034	165.139	15.680	34.535	17.096

						2014
	Contas a receber de clientes	Outras contas a receber	Mútuo ativo não circulante	Fornecedor	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas
Acionistas		15.000	76.929			
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	815			12.452	8.807	377
Braspack Embalagens do Nordeste S.A.					3.000	
Copobras da Amazônia Ind. de Embalagens Ltda.	83					
	898	15.000	76.929	12.452	11.807	377

(a.1) Mútuo ativo não circulante

O saldo de mútuo ativo refere-se a receber dos acionistas, os quais possuem vencimentos em 30 de dezembro de 2018 e 30 de dezembro de 2019, conforme termos aditivos de contratos. Os contratos são corrigidos pelo IGP-M e acrescidos de juros de 1,5% a.m., e serão pagos através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros.

Abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2015 está apresentada conforme abaixo:

				2015
Acionista	**Principal**	**IGP-M**	**Juros**	**Total**
Mário Schlickmann	34.970	6.196	12.891	54.057
Milton Schlickmann	34.973	6.285	12.799	54.057
Marcelo Schlickmann	30.557	5.487	11.172	47.216
Janio Dinarte Koch	6.347	1.140	2.322	9.809
	106.847	19.108	39.184	165.139

A Companhia e seus acionistas firmaram termo de acordo de compromisso visando a quitação dos contratos de mútuos, mediante os quais comprometem-se, ainda, não contrair novos mútuo/ou avais com a Companhia, exceto se:

- para substituição, total ou parcial, de (i) avais outorgados pela Companhia em favor das Partes; e/ou (ii) mútuos até então contraídos pelas Partes com a Companhia, por outro(s) aval(is) e/ou mútuo (s), desde que o valor, individual ou agregado, do principal, considerando os avais e os mútuos referidos nos itens (i) e (ii) desta alínea, em conjunto, não seja superior a R$ 142.000 ou seu equivalente em outras moedas;

- o mútuo concedido pela Companhia seja utilizado exclusivamente para o pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios, se aplicável, decorrente dos avais referidos no item (i) da alínea (a) acima;

(a.2) Avais prestados

Adicionalmente, a Companhia prestou aval aos acionistas para captação de recursos junto a instituições financeiras, cujo montante do principal em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 39.708. A seguir estão demonstrados os valores do principal dos avais prestados e vencimentos:

Acionista	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**Total**
Mário Schlickmann	10.472	2.120	205	205	13.002
Milton Schlickmann	10.472	2.120	205	205	13.002
Marcelo Schlickmann	9.135	1.849	179	179	11.342
Janio Dinarte Koch	1.903	387	36	36	2.362
	31.982	6.476	625	625	39.708

(a.3) Projeção de lucros futuros

Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia preparou uma projeção de resultados visando comprovar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e

(ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avalizados pela Companhia em nome dos acionistas.

A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais e seus devidos juros e correções conforme segue:

Período	Saldo inicial	Novos mútuos (*)	Juros e correção	Amortização	Saldo Final
Em 31 de dezembro de					
2015	114.513	40.868	15.700	(5.942)	165.139
2016	165.139	34.880	34.852	(8.893)	225.978
2017	225.978	6.104	40.047	(27.917)	244.212
2018	244.212		35.394	(38.016)	241.590
2019	241.590		26.877	(51.595)	216.872
2020	216.872		14.374	(59.092)	172.154
2021	172.154		1.388	(67.316)	106.226
2022	106.226			(76.332)	29.894
2023	29.894			(29.894)	

(*) Decorrentes da liquidação dos empréstimos contratados em nome dos sócios da Companhia.

(a.4) Demais informações sobre as transações com partes relacionadas.

Não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de contas a receber de clientes será realizado em um prazo de até 45 dias. O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos.

O saldo de fornecedores refere-se a valores resultantes de compras de materiais entre as partes relacionadas.

O saldo de mútuo passivo refere-se a valores resultantes de transações financeiras entre as partes relacionadas.

O saldo de mútuo ativo refere-se a receber dos acionistas, os quais possuem vencimentos em 30 de dezembro de 2018 e 30 de dezembro de 2019, conforme termos aditivos de contratos. Os contratos são corrigidos pelo IGP-M e acrescidos de juros de 1,5% a.m., e serão pagos través de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2015	**2014**
Salários e outros benefícios de curto prazo	4.870	2.664

14 Investimento em controlada

(a) Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas a seguir relacionadas:

				2015
	Braspack	**Copobras da Amazônia**	**Incoplast**	**Total**
Patrimônio líquido		5.950	58.524	
Resultado do exercício		1.627	9.299	
% de participação no capital		26,7	97,6	
Movimentação do investimento				
Saldo no início do exercício	28.574	1.302	48.042	77.918
Redução de capital	(324)			(324)
Incorporação de controlada	(28.250)			(28.250)
Equivalência patrimonial		433	9.077	9.510
Saldo no final do exercício		1.735	57.119	58.855

				2014
	Braspack	**Copobras da Amazônia**	**Incoplast**	**Total**
Patrimônio líquido	324	7.239	49.225	
Resultado do exercício	8.100	1.870	7.397	
% de participação no capital	100	26,66	97,6	
Movimentação do investimento				
Saldo no início do exercício			40.757	40.757
(Passivo a descoberto)/Aquisição de Investimento	(21.075)	1.200		(19.875)
Ágio na aquisição de investimento	28.250			28.250
Aumento de capital	10.299			10.299
Adiantamento para aumento de capital	3.000			3.000
Equivalência patrimonial	8.100	102	7.285	15.487
Saldo no final do exercício	28.574	1.302	48.042	77.918

(i) Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, bandejas expandidas e recuperação de materiais plásticos em geral situada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.

(ii) Em novembro de 2014 a Companhia adquiriu 26,7% das quotas da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros, situada na cidade de Manaus, no estado de Amazonas. Para efeitos de cálculo de equivalência patrimonial foram considerados apenas os resultados de novembro de dezembro/2014.

(iii) Em maio de 2014 a Companhia adquiriu 100% das ações da Braspack Embalagens do Nordeste S.A., que é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objetivo social a industrialização, comercialização e revenda de bandejas de poliestireno expandido. Está situada na cidade de Ipojuca, no estado de Pernambuco. Por ocasião desta aquisição, foi gerado ágio por expectativa de rentabilidade futura, a fundamentação do ágio gerado na aquisição está embasada em fluxo de caixa projetado pelo período de 7 anos, onde a Companhia espera reaver a totalidade do investimento. O ágio gerado na aquisição da controlada Braspack descrito acima, no montante de R$28.250, está apresentado como ativo intangível no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014.

Combinação de negócios

O Grupo adquiriu 100% do capital acionário da Braspack Embalagens do Nordeste S.A.Companhia especializado na fabricação de bandejas de poliestireno expandido, por uma contraprestação em numerário no valor de R$ 7.175, em 1º de maio de 2014.

Em 15 de janeiro de 2015 100% do capital da Braspack foi incorporado pela Companhia.

Os detalhes dos passivos líquidos adquiridos e do ágio são:

Ágio	7.175
Goodwill	21.075
Total do investimento	28.250

15 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Ágio	28.250		28.250	28.250
Software	2.417	1.453	2.417	1.485
Amortização acumulada	(1.329)	(1.191)	(1.329)	(1.190)
	29.338	262	29.338	28.545

16 Imobilizado

(a) Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2013	34.783	82.566	139.344	764	393	820	3.683	4.268	266.621
Adições	97	1.018	6.625	189		249	54	4.072	12.304
Baixas			(5.822)			(6)	(69)		(5.897)
Transferências para bens destinados a venda			26		1				27
Transferências			804					(804)	
Depreciação		(2.109)	(15.753)	(174)	(88)	(286)	(1.675)		(20.085)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2014	34.880	81.475	125.224	779	306	777	1.993	7.536	252.970
Incorporação imobilizado Braspack			6.719	97	14	20	3.361		10.211
Adições		1.419	6.648	102	3.644	166	521	2.551	15.051
Baixas		(659)	(2.992)		(198)	(1)	(805)		(4.655)
Transferências		58	2.234	29	87		11	(2.419)	
Depreciação		(2.099)	(16.126)	(194)	(314)	(267)	(1.440)		(20.440)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2015	34.880	80.194	121.707	813	3.539	695	3.641	7.668	253.137
Em 31 de dezembro de 2015									
Custo	34.880	96.509	282.748	2.792	6.834	4.282	11.458	7.668	447.171
Depreciação acumulada		(16.315)	(161.041)	(1.979)	(3.295)	(3.587)	(7.817)		(194.034)
Saldo contábil, líquido	34.880	80.194	121.707	813	3.539	695	3.641	7.668	253.137
Taxa média ponderada de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

(b) Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2013	34.783	82.566	160.395	816	393	889	3.697	4.268	287.807
Imobilizado oriundo da incorporação da controlada Braspack		175	7.049	130	18	64	3.424		10.860
Imobilizado Controlada AM 12/2014	4.381	406	2.335	36	38	24	15		7.235
Adições	97	1.018	12.965	224		304	400	4.175	19.183
Baixas		(175)	(6.520)	(20)	(2)	(7)	(70)		(6.794)
Transferências para bens destinados a venda			26		1				27
Transferências			840					(840)	
Depreciação		(2.141)	(19.682)	(216)	(97)	(360)	(1.949)		(24.445)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2014	39.261	81.849	157.408	970	351	914	5.517	7.603	293.873
Adições		1.419	8.550	119	3.644	174	530	3.016	17.452
Baixas		(659)	(3.117)	(6)	(198)	(1)	(808)		(4.789)
Transferências		58	2.626	29	87		11	(2.811)	
Depreciação		(2.127)	(19.636)	(219)	(317)	(301)	(1.459)		(24.059)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2014	39.261	80.540	145.831	893	3.567	786	3.791	7.808	282.477
Em 31 de dezembro de 2014									
Custo	39.261	97.259	321.166	2.966	6.890	4.594	11.644	7.808	491.588
Depreciação acumulada		(16.719)	(175.335)	(2.073)	(3.323)	(3.808)	(7.853)		(209.111)
Saldo contábil, líquido	39.261	80.540	145.831	893	3.567	786	3.791	7.808	282.477
Taxa de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2015, não houve a necessidade de constituição de provisão.

17 Fornecedores

				Consolidado
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Fornecedores nacionais	120.639	123.407	154.614	157.956
Fornecedores Internacionais	95.935	83.995	100.388	88.637
Ajuste a valor presente	(13.269)		(17.292)	
	203.305	207.402	237.710	246.593
Circulante	182.975	187.642	214.082	223.494
Não Circulante	20.330	19.760	23.628	23.099

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinário utilizados na produção.

18 Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

				Controladora
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**2015**	**2014**
Em moeda nacional				
FINAME	5,5% + TJLP	2017	884	1.609
	3,63% Pré-Fixada	2024	1.169	1.662
Capital de Giro	5,30% + CDI	2019	118.372	122.499
	6% + TJLP	2015	-	4.562
	8,0% Pré-Fixada	2016	1.002	6.428
Debêntures	5,01% + CDI	2019	181.286	131.720
Leasing	4,28% - CDI	2020	3.406	-
			306.119	268.480
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	5,11% + variação cambial	2016	966	1.313
			966	1.313
			307.085	269.793
Parcela do circulante			68.503	82.448
Parcela do não circulante			238.582	187.345

			Consolidado	
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**2015**	**2014**
Em moeda nacional				
FINAME	5,50% + TJLP	2017	884	1.609
	4,28% Pré-Fixada	2024	2.237	2.581
Capital de Giro	5,30% + CDI	2019	118.372	122.499
	6% + TJLP	2015	-	4.562
	8% Pré-Fixada	2016	1.002	7.446
Debêntures	5, 01% + CDI	2019	181.286	131.720
Leasing	4,28% + CDI	2020	3.406	-
			307.187	270.417
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	5,11% + variação cambial	2016	966	1.931
			966	1.931
			308.153	272.348
Parcela do circulante			68.594	84.090
Parcela do não circulante			239.559	188.258

Em 31 de dezembro de 2015 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2017	123.310	123.447
2018	85.724	85.861
2019	25.876	26.013
2020	3.467	3.604
2021 a 2024	205	634
	238.582	239.559

Os contratos de financiamentos com a instituição bancária BTG Pactual e as emissões de debêntures mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo "*debt covenants*" que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas.

A Companhia efetuou três emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

A primeira emissão de debêntures ocorreu em 16 de novembro de 2012, em série única de 5.500 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000. A mesma foi liquidada integralmente em novembro de 2015, cumprindo rigorosamente o cronograma de liquidação.

A segunda emissão ocorreu em 14 de fevereiro de 2014, em série única de 10.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 10.000. Nss escrituras públicas de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

A terceira emissão emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, para distribuição pública de esforços restritos de colocação ocorreu em 20 de agosto de 2015 em série única de 10.000 debentures com valor nominal unitário de R$ 10.000.

19 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Parcelamento Lei 12.996/2014	11.323	-	11.323	12.177
Refis/Paes/Paex	-	-	-	4
ICMS	4.871	4.951	5.290	5.366
IPI	3.665	3.623	3.665	3.965
IPI/PIS/COFINS parcelados	21.497	21.862	21.580	21.862
COFINS/PIS	1.929	1.639	2.833	2.034
INSS	2.492	1.423	3.096	1.882
FGTS	657	587	777	812
Outros	1.440	2.089	1.699	3.670
	47.874	36.174	50.263	51.772
Circulante	16.610	13.698	18.936	17.039
Não Circulante	31.264	22.476	31.327	34.733

20 Provisão para contingências

	Controladora					
	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Tributários	18.786	16.975	17.950	16.152	836	823
Trabalhistas	3.583	3.137	836	1.249	2.747	1.888
Cíveis	3.783	3.041	-	-	3.783	3.041
Total	26.152	23.153	18.786	17.401	7.366	5.752

	Consolidado					
	Provisão para contingências		Depósitos judiciais		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Tributários	18.786	16.975	17.950	16.152	836	823
Trabalhistas	5.568	5.434	2.147	2.073	3.421	3.361
Cíveis	3.798	3.286	-	879	3.798	2.407
Total	28.152	25.695	20.097	19.104	8.055	6.591

Contingências tributárias no montante de R$ 18.683 referem-se ao tributo PIS/COFINS referente à exclusão do ICMS na base de cálculo, cujos valores estão sendo consignados em depósito bancário judicial.

Contingências trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2015 o montante de R$ 8.939 mil (R$ 6.546 de natureza tributária, R$ 71 trabalhista e R$ 2.322 cíveis) referentes a passivos contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos possível, não provisionados.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A companhia realizou aumento de capital com utilização de reservas. Em 31 de dezembro de 2015 o capital social é de R$ 40.000 e em 31 de dezembro de 2014, o capital social era de R$ 15.502, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações, e sua composição é como segue:

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
Mário Schlickmann	5.076.050	32,7437
Milton Schlickmann	5.076.050	32,7437
Marcelo Schlickmann	4.428.324	28,5655
Jânio Dinarte Koch	921.948	5,9471
	15.502.372	100,0000

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado em 1 de janeiro de 2009.

(c) Incentivos fiscais

A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2025, e do regime especial para recolhimento de ICMS – PRODEPE, celebrado com o Estado de Pernambuco, nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 dezembro de 2011 , vigente até 31/12/2022.

(d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(e) Reserva de lucros a disposição da assembleia

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

(f) Distribuição de lucros

No decorrer do exercício de 2015 a Companhia pagou dividendos aos acionistas no montante de R$7.523.

22 Receitas

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Receita bruta	888.015	861.856	1.076.769	1.041.464
Ajuste a valor presente	(18.232)		(21.585)	
Impostos sobre vendas	(229.928)	(224.432)	(276.659)	(273.561)
Devoluções	(8.816)	(11.037)	(11.265)	(13.126)
Receita líquida	631.039	626.387	767.260	754.777

23 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Despesas com pessoal	114.576	99.380	135.103	116.486
Depreciação	20.490	20.085	24.109	23.892
Energia elétrica	24.820	18.027	29.876	21.373
Materiais consumidos	349.325	344.741	421.924	411.037
Fretes	25.803	25.693	32.140	32.882
Comissões	20.055	18.693	23.970	22.069
Gastos com manutenção	12.721	15.203	15.483	18.000
Gastos com viagens	2.288	2.372	2.549	2.764
Serviços de terceiros	5.675	5.050	6.468	5.891
Provisão para contingências	1.273	1.322	6.570	2.415
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	141	1.388	348	1.306
Despesas não recorrentes (autos de infração)	1.907	1.530	2.610	2.791
Equivalência patrimonial	(9.510)	(15.487)	-	-
(Ganho) perda de capital	1.314	1.221	1.377	1.383
Ajuste a valor presente	(28.245)		(36.679)	
Outros	35.014	20.037	49.962	25.512
Total dos custos, despesas com vendas e administrativas	577.647	559.255	715.810	687.801

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(51.710)	(47.858)	(52.034)	(48.823)
Juros apropriados partes relacionadas	(5.159)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(34.143)		(43.897)	
Outros	(27.531)	(21.258)	(28.371)	(23.083)
	(118.543)	(69.116)	(124.302)	(71.906)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	3.861	5.653	4.721	6.855
Juros Recebidos	1.709	2.383	1.932	2.552
Variação monetária ativa	29.080	-	30.038	-
Ajuste a valor presente	31.501		38.887	
Outras	12.192	10.205	13.543	10.332
	78.343	18.241	89.121	19.739
Variações cambiais e monetárias líquidas	(16.718)	1.192	(18.159)	842
Resultado financeiro líquido	(56.918)	(49.683)	(53.340)	(51.325)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.526)	17.449	(1.890)	15.651
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.199	(5.933)	643	(5.322)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial	3.233	5.264		
Incentivos fiscais	957	772	4.590	4.209
Aprovação do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para amortização de parcelamento fiscal		782		3.088
Outros	1.786	(781)	1.722	326
Efeito dos impostos no resultado do exercício	7.175	104	6.955	2.301
Corrente	-	14	(2.181)	(161)
Diferido	7.175	90	9.136	2.461
Alíquota efetiva	203%	-2%	368%	-15%

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

	2015	**2014**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.649	17.553
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	15.502	15.502
Lucro básico e diluído por ação - R$	0,24	1,13

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

27 Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros era composta por R$ 308.821 para danos materiais e R$ 114.354 para lucros cessantes.

* * *